

CAMINHOGRAFIAS URBANAS E OS DESAFIOS DA AGENDA 2030

Uma Reflexão Crítica sobre Subjetividade, Territorialidade e Sustentabilidade

*URBAN WALKGRAPHIES
AND THE CHALLENGES OF THE 2030 AGENDA
A Critical Reflection on Subjectivity,
Territoriality, and Sustainability*

**Eduardo Rocha¹, Andrea Paola Fondevila Salcedo²,
Arielly Velasques Pereira³, Bárbara de Bárbara Hypolito⁴,
Daniela Vieira Goularte⁵, James Silva Couto⁶,
Jaqueline Harumi Dias Takahashi⁷ e Tuize Silva Rovere Hoff⁸**

Resumo

Este artigo analisa criticamente as caminhografias urbanas como práticas capazes de interpelar os desafios para o desenvolvimento sustentável delineados pela Agenda 2030, em especial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à desigualdade social (ODS 10), à ação climática (ODS 13) e às cidades sustentáveis (ODS 11). A partir de uma revisão teórica e de uma experiência prática no âmbito do projeto *Circuito Estadual de Registro de Memória* realizado em Pelotas (RS), argumenta-se que as caminhografias são ferramentas críticas para questionar as estruturas de poder, ressignificar espaços e fomentar a participação cidadã. Mais do que uma prática exploratória, as caminhografias permitem a produção de subjetividades e territorialidades alternativas, colocando em xeque a lógica hegemônica de urbanização e desenvolvimento sócio-territorial.

Palavras-chave: caminhografia urbana, memória, subjetividades, corpo, Estação Pelotas/RS.

Abstract

This article critically analyzes urban walkographies as practices capable of addressing the challenges of sustainable development outlined by the 2030 Agenda, particularly the Sustainable Development Goals (SDGs) related to social inequality (SDG 10), climate action (SDG 13), and sustainable cities (SDG 11). Based on a theoretical review and a practical experience within the Statewide Memory Registration Circuit project conducted in Pelotas (RS), it argues that walkographies are critical tools for questioning power structures, redefining spaces, and fostering citizen participation. Beyond being an exploratory practice, walkographies enable the production of alternative subjectivities and territorialities, challenging the hegemonic logic of urbanization and socio-territorial

1 Doutor em Arquitetura, professor e pesquisador na UFPel.

2 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Geógrafa.

3 Arquiteta e Urbanista.

4 Doutora em Planejamento Urbano e Regional, professora da Faculdade Anhanguera.

5 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural.

6 Arquiteta e Urbanista.

7 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista.

8 Pós-Doutoranda PROGRAU/UFPel, Doutora em Desenvolvimento Regional.

development.

Keywords: urban walkgraphy, memory, subjectivities, body, Pelotas/RS Station.

Introdução

A Agenda 2030 surge como um marco político global na busca por um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Desde sua adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, a Agenda tem se consolidado como um documento orientador para as políticas públicas e ações globais voltadas ao desenvolvimento sustentável. No entanto, os desafios enfrentados para a implementação de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletem desigualdades estruturais e a persistência de lógicas hegemônicas que reproduzem exclusões e impactos ambientais. No contexto urbano, onde vivem mais de 50% da população mundial, essas contradições tornam-se ainda mais visíveis. A cidade, enquanto espaço de conflito entre diferentes interesses sociais, econômicos, políticos e ambientais, precisa ser repensada à luz dos ODS, especialmente no que se refere ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 10 (Reduzir as desigualdades) e ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) (Nações Unidas, 2024).

Diante desse cenário, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre as caminhografias urbanas como práticas que tensionam as formas tradicionais de ocupação, planejamento e governança das cidades. A partir de uma experiência de saída de campo realizada em Pelotas (RS) e fundamentado em autores como Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Paulo Tavares, analisa-se como essas práticas podem contribuir para ressignificar territórios e produzir outras subjetividades urbanas que dialoguem com os desafios da Agenda 2030.

Revisão Teórica

Contemporaneidade como Ruptura

Agamben (2009) define o contemporâneo como aquele que olha para as trevas de sua época, desvelando suas contradições e potencialidades. No contexto urbano, essa perspectiva implica questionar os projetos hegemônicos de modernidade que continuam a marginalizar corpos, territórios, subjetividades e memórias. A análise da contemporaneidade, conforme proposta por Agamben, serve como base para problematizar o papel da arquitetura e do urbanismo na reprodução de desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

A contemporaneidade como ruptura também pode ser observada em territórios à margem das estruturas urbanas consolidadas e nos agenciamentos disruptivos que produzem, como é o caso do território ferroviário investigado e analisado neste artigo. Hannah Arendt propõe compreender as rupturas como Brechas (*gap*) existentes entre o passado e o futuro, o “estranho entremeio no tempo histórico, onde se toma consciência de um intervalo no tempo inteiramente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda” (Hartog, 2013, p.21).

Nesse sentido, tanto a paisagem urbana como as práticas sociais contemporâneas revelam que no território coabitam o passado (marcas das experiências) e o futuro (expectativas). A infraestrutura preexistente e parcialmente subutilizada, os destroços espalhados pelo chão, as memórias que rondam o lugar, sejam elas evocadas, ou espontaneamente lembradas, revelam o território que foi, ao mesmo tempo que revelam seu potencial de vir a ser.



Trata-se de um território desterritorializado, em vias de uma reterritorialização (Fig. 1).

Diferença e Relações de Poder no Espaço Urbano

A filosofia da diferença, como apresentada por Deleuze e Derrida (Andrade, 2017), desafia as narrativas totalizantes que sustentam o planejamento urbano convencional. Ao enfatizar a multiplicidade e a alteridade, a diferença se torna uma ferramenta crítica para desvelar desigualdades estruturais e reivindicar o direito à cidade. Essa abordagem contribui para a compreensão de como as cidades podem se tornar mais inclusivas, em consonância com os princípios do ODS 10 (Reduzir as desigualdades). A produção da diferença no contexto sócio-urbano relaciona-se intimamente às relações de poder no espaço urbano que tanto atravessam quanto configuram estruturas, territorialidades e subjetividades. Michel Foucault (1979) compreende o poder não como algo que se possui, mas como algo que se exerce em uma rede de relações, constituindo sujeitos, práticas e espaços. No âmbito urbano, tais relações tanto moldam a cidade enquanto território de diferenciação, disciplinamento e controle, como possibilitam a abertura de brechas para a resistência e a produção de novas territorialidades e subjetividades.

A diferença, nesse sentido, pode ser lida como o resultado da interação entre as práticas hegemônicas e totalizantes que buscam normatizar e ordenar os espaços (por meio do planejamento, da regulação fundiária e/ou da delimitação de usos) e as práticas contra-hegemônicas que desafiam essa normatividade. Para além de mera expressão da diversidade, a produção da diferença se evidencia tanto como reflexo quanto agente das dinâmicas de poder em co-ação no território urbano. Nessa perspectiva, a cidade se torna um território em disputa onde, ao ocupar e usar os espaços de maneira desobediente ou insurgente, os atores urbanos reconstróem seus significados e reconfiguram suas formas desafiando as normativas impostas e seus abandonos, criando espaços de diferença capazes de possibilitar modos outros de habitar e pensar a cidade (Fig. 2).

Corpo, Subjetividade e Ecologia

Deleuze e Guattari (1990) introduzem o conceito de Corpo Sem Órgãos como uma metáfora para a resistência às estruturas normativas que moldam corpos e espaços. Esse conceito se conecta à busca por novas formas de subjetividade que desafiem as normas sociais e urbanas. Guattari (1990), por sua vez, propõe uma ecologia de subjetividades que articula o mental, o ambiental e o social, oferecendo uma lente integradora para abordar os desafios urbanos da Agenda 2030, especialmente aqueles relativos às mudanças climáticas (ODS 13) e à sustentabilidade das cidades (ODS 11). No contexto da caminhografia, a interação entre corpo e espaço se torna um exercício de percepção ampliada, em que os sentidos são mobilizados para produzir novas articulações entre o humano e o não-humano, o individual e o coletivo. Esse movimento não só ressignifica o espaço vivido, mas também potencializa a criação de ecologias singulares, alinhando-se aos desafios contemporâneos de imaginar cidades sustentáveis e inclusivas.

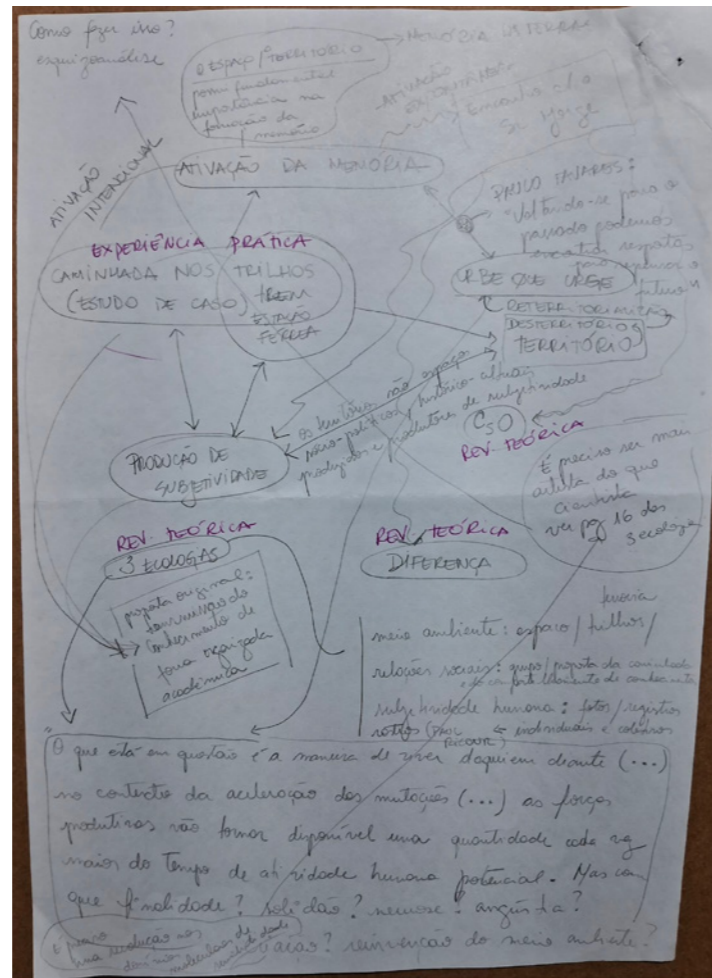
Territorialidade e Memória

Paulo Tavares problematiza o colonialismo como uma lógica persistente nos modos de territorialização contemporâneos, evidenciando como a memória e o território podem ser resgatados como ferramentas de resistência. Trabalhos como *Memória da Terra* (2020) e *Forest Law* (2014) são fundamentais para compreender as caminhografias como práticas que desconstróem narrativas coloniais e hegemônicas, além de contribuírem para a preservação ambiental e o enfrentamento da crise climática (ODS 13) e a promoção da justiça social (ODS 10).

A memória é fortalecida pelo território. O território serve de suporte para um determinado evento, e os elementos presentes no dado momento formam uma estrutura que fortalece a rede de associações das lembranças. Nesse sentido, o território ferroviário - sobre o qual a experiência prática da caminhografia foi proposta - fortalece a memória ferroviária, ativando a mesma de diferentes maneiras.

Memória declarativa proveniente do encontro com o Sr. Jorge, 59 anos, ex-trabalhador da ferrovia aposentado em 1985, que individualmente e espontaneamente se lembrou

Figura 3 - Articulação entre revisão teórica e experiência prática. Fonte: elaborado pelos autores, 2024.



de diversas situações, e declarou-as através da sua história. “Esse caráter declarativo da memória vai se inscrever nos testemunhos, nas atestações, mas também numa narrativa pela qual eu digo aos outros o que eu vivi” (Ricoeur, 1998,p.44).

Retórica holística proveniente do grupo organizado, formado por diferentes integrantes, muitos acadêmicos, e também familiares de ex-funcionários da ferrovia, que buscaram produzir narrativas estáveis, coerentes e representativas da coletividade daquele grupo, caracterizando-se pela generalização da representação coletiva (Candau, 2008).

Metodologia

A pesquisa teve início a partir da disciplina de pós-graduação Cidade e Contemporaneidade da Universidade Federal de Pelotas (RS), onde é proposto trabalhar fundamentos e conceitos sobre a cidade na contemporaneidade.

Para sua elaboração, primeiro foram realizados estudos acerca do material dos autores Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Paulo Tavares, paralelamente com a saída de campo para o espaço ferroviário de Pelotas, combinando revisão teórica e prática de campo, utilizando uma abordagem qualitativa e crítica.

A escrita do artigo foi realizada de modo coletivo pelo grupo, propiciando o agenciamento entre a experiência e reflexão de todos (Fig. 3). Dessa maneira, tratamos de analisar a compreensão de conceitos filosóficos e a dimensão da cidade na contemporaneidade dentro do cenário escolhido como uma síntese de ideias coletivas.

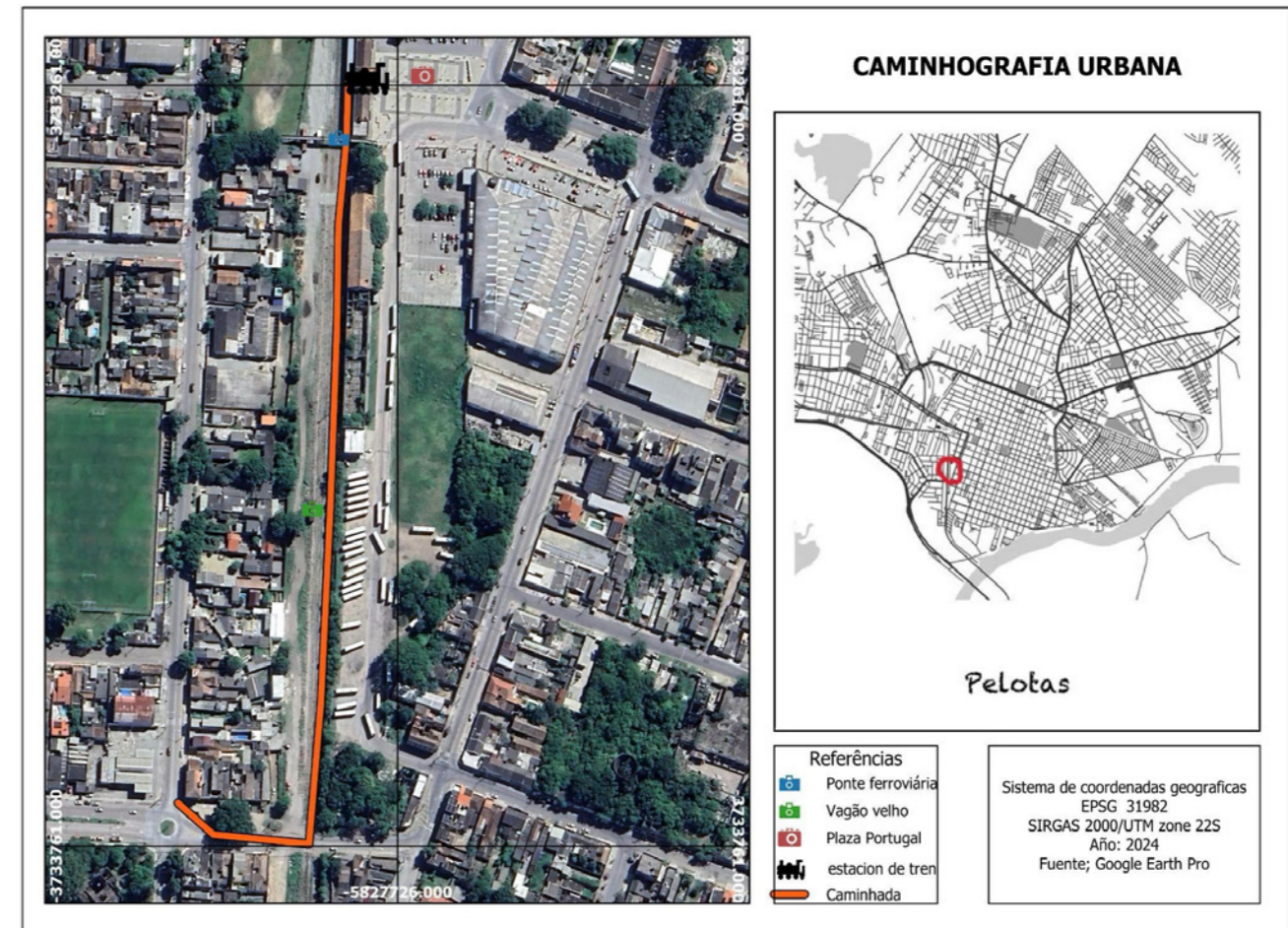


Figura 4 - Mapa do percurso realizado. Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A saída de campo ocorreu no dia 10 de outubro de 2024, no contexto do projeto *Circuito Estadual de Registro de Memória* - em comemoração aos 150 anos da ferrovia gaúcha. Participantes realizaram uma caminhada exploratória na Praça Portugal (Fig. 4), em Pelotas, registrando memórias, percepções e narrativas relacionadas ao espaço.

O método da caminhografia, descrito em *Verbolário da Caminhografia Urbana* (Rocha e Santos, 2024), foi utilizado como ferramenta para articular corpo, memória e espaço. “Caminhografar é, por si só, uma invenção [...] constrói a ação, o movimento, a temporalidade e a transformação” (ibid., p. 19). Uma experiência de investigação cujo caminhar de forma atenta coloca o corpo todo em contato e encontro com o momento presente e com os territórios pelos quais perambula e percorre. Registra os encontros, agencia suas relações, e assim, produz seus dados. Os dados coletados foram analisados criticamente à luz das teorias de subjetividade, contemporaneidade e territorialidade.

Resultados e Discussão

Ressignificando a Memória Urbana

Os registros da caminhada revelaram memórias marginalizadas e usos do espaço que resistem às intervenções hegemônicas. São narrativas que desafiam as políticas urbanas que privilegiam a homogeneização e a gentrificação, propondo uma visão mais inclusiva e conectada ao ODS 10 (Reduzir as desigualdades). As caminhografias atuam, assim, como uma prática que ressignifica o espaço urbano, revisitando histórias e memórias que, muitas vezes, são invisibilizadas pelo planejamento tradicional (Fig. 5). A memória tangível e intangível subjaz ao presente, o olhar atento permite-nos



encontrar vestígios que não são óbvios. Uma construção, uma destruição, um habitante antigo que contém em si o passado e está disposto a contá-lo, para que não se perca, para que não desapareça.

Durante a caminhada, foi realizada uma entrevista espontânea com um ex-vizinho do bairro e ferroviário “Jorge” (Fig. 6), sua história evoca uma narrativa que rompe com a memória hegemônica do patrimônio cultural, onde a história é contada apenas levando em consideração a posição ou qualificação sociocultural do referente. O encontro com a história de Jorge fez ver que as pessoas que fazem as cidades são aquelas que caminham a pé, as que nelas vivem e trabalham, as que criam ligações entre o território habitado e elas próprias, as que transformam os espaços em lugares, as que se propõem a aquererenciar com eles (Rocha e Santos, 2024). Jorge nos mostrou como a cidade e sua história estão marcadas na memória e nas subjetividades de seus habitantes, para além das narrativas oficiais. A caminhografia urbana ajuda a reduzir as desigualdades, pois ajuda a tornar visível o invisível, às memórias marginalizadas. “Se a margem é encruzilhada de saberes, margear convoca o contágio com epistemologias outras, capazes de convocar comunidades, e de acionar processos de compreensão urgentes sobre o mundo” (Rocha e Santos, 2024, p. 225).

Corpo e Territorialidade como Ação Crítica

A experiência corporal durante a caminhada revelou como o espaço urbano é simultaneamente físico e simbólico, e como as relações de poder moldam o território. O engajamento corporal também evidenciou como práticas de investigação urbana como a caminhografia podem tensionar as normativas e as fronteiras impostas pelo urbanismo hegemônico, conectando-se diretamente ao ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). A caminhada não só revelou uma cidade, mas também a capacidade do corpo em questionar e transgredir as lógicas espaciais dominantes e suas narrativas subjetivantes.

A Caminhografia como Prática Política

Por meio do envolvimento direto com a comunidade local, a caminhografia atuou como uma prática política que promoveu o engajamento crítico e a produção de

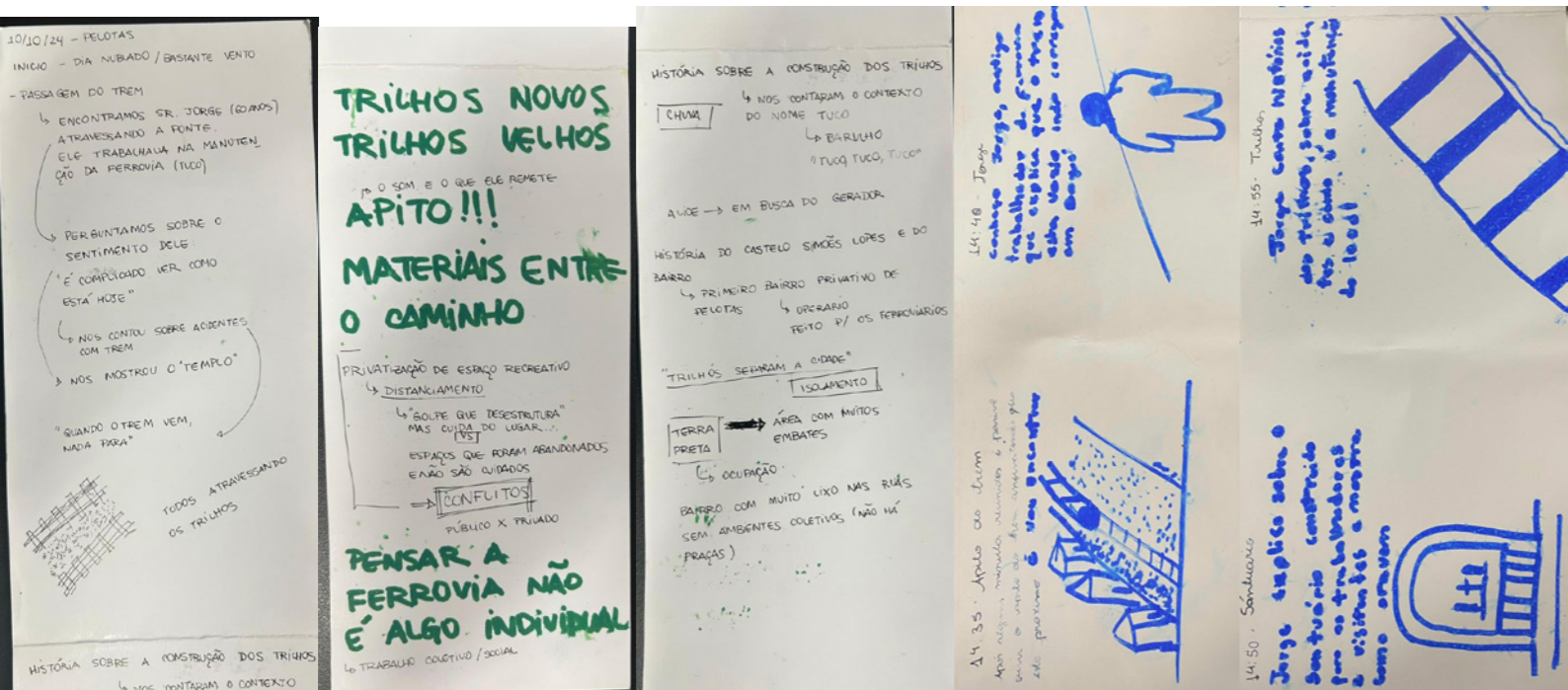


Figura 6 - Entrevista com Seu Jorge. Fonte: registro dos autores, 2024.

novas subjetividades (Fig.7). Isso se alinha ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), na promoção de formas mais participativas e inclusivas de construir cidades. A prática também se conecta ao ODS 10 (Reduzir as desigualdades), uma vez que a caminhada proporcionou uma oportunidade de reconhecimento e valorização de sujeitos e territórios marginalizados. A característica multidisciplinar da caminhada urbana exploratória na Praça Portugal, que envolveu arquitetos, urbanistas, geógrafos, antropólogos e historiadores, resultou em uma leitura diversa e heterogênea, gerando maior riqueza aos descobrimentos. A subjetividade de cada caminhante foi somada às subjetividades produzidas no decorrer da caminhada. “Subjetivar é a capacidade de olhar através da concretude do que se vê, perceber o que se coloca além do visível, e deixar-se tocar pelos outros sentidos [...]” (Rocha e Santos; 2024, p. 293). A caminhada foi capaz de aprofundar o entendimento sobre como a relação entre o corpo e o espaço urbano pode afetar a produção da subjetividade. Nesse sentido, as espacialidades, os abandonos, as narrativas sobre um lugar e as táticas de apropriação transgressoras do território são dispositivos subjetivantes capazes de determinar modos de uso, de comportamentos e de leitura da cidade. O que salienta a importância de uma perspectiva multidisciplinar nos processos investigativos sobre o urbano. O caminho para se alcançar cidades mais sustentáveis e inclusivas, reduzindo as desigualdades, requer políticas públicas desenhadas de forma interdisciplinar onde a maioria das vozes sejam ouvidas e reconhecidas.

Tensões e Limitações

Embora a caminhografia tenha se mostrado uma prática potente, sua eficácia depende de um suporte institucional que muitas vezes está ausente. Além disso, a articulação entre práticas locais e metas globais, como as da Agenda 2030, ainda enfrenta desafios metodológicos e políticos significativos. A resistência de instituições locais em abraçar práticas alternativas como a caminhografia também limita o potencial transformador dessas abordagens no contexto urbano contemporâneo.



Considerações Finais

As caminhografias urbanas, ao tensionarem as relações entre corpo, espaço e poder, apresentam-se como ferramentas críticas para abordar os desafios da Agenda 2030. Suas potencialidades residem na capacidade de resgatar memórias, produzir subjetividades alternativas e engajar comunidades na construção de cidades mais justas e sustentáveis. Às caminhografias, ao desafiarem as narrativas dominantes sobre o urbano, oferecem uma possibilidade concreta de ação que pode contribuir para a realização dos ODS, especialmente no que se refere à redução das desigualdades, à promoção de cidades sustentáveis e ao enfrentamento das mudanças climáticas. No entanto, para que essas práticas alcancem maior escala e impacto, é necessário articular esforços institucionais, acadêmicos e comunitários. Estudos futuros devem investigar como as caminhografias podem ser integradas às políticas públicas e como suas ferramentas metodológicas podem ser adaptadas a diferentes contextos urbanos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADE, Edson Peixoto. "Derrida e Deleuze: Uma Introdução À Filosofia Da Diferença." *PROMETEUS*, Ano 10, Número 24, set. – dez. 2017.

CANAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs V. 3*. São Paulo: Editora 34, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p.17-41.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>

RICOEUR, Paul. *Arquitetura e Narratividade*. In: *Urbanisme*, n. 303, Nov./dez., 1998. p. 44-51.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos (orgs.). *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Caseira, 2024.

TAVARES, Paulo. *Forest Law*. Michigan: Broad Art Museum, Michigan State University, 2014.

TAVARES, Paulo. *Memória da Terra*. Brasília: Ministério Público Federal, 2020.

Figura 7 - Anotações feitas durante o percurso. Fonte: elaborado pelos autores, 2024.